

H.C.

JORNAL DO BRASIL ANC

20 MAR 1987

Encontro de Mulheres da Baixada apresentará proposta à Constituinte

O Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada, realizado no fim de semana no Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, terminou ontem com algumas propostas a serem encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. Elas serão anexadas à Carta das Mulheres à Constituinte, que foi entregue pessoalmente a Ulysses Guimarães, dia 26, em Brasília.

Para Angela Borba, uma das coordenadoras do evento, e que faz parte do grupo Nós Mulheres, o ponto positivo do encontro foi o fato de "as mulheres descobrirem que os seus problemas são os mesmos das que moram em outros municípios e que podem debatê-los sem vergonha ou medo". A sexualidade, dúvidas quanto ao uso de anticoncepcionais, parto e a gravidez constituíram as maiores dúvidas das participantes.

Os seis temas que integram a Carta das Mulheres à Constituinte — família, trabalho, saúde, educação, discriminação racial e violência — foram debatidos por cerca de 1.100 mulheres durante o encontro. Houve muitas denúncias quanto ao péssimo estado das maternidades e ao desrespeito dos motoristas de ônibus que não deixam mulheres grávidas entrarem pela porta da frente. Além disso, a péssima iluminação dos trens facilita a violência sexual. "Muitas mulheres denunciaram aqui, que já sofreram abusos por sexuais dentro de trens, porque as pessoas pensam que é um assalto e não tentam ajudar", disse Angela Borba.

Violência sexual

A advogada Marinês Trindade, formada há três anos, é presidente da Sociedade de Amigos de Mesquita, e faz de sua profissão um meio de ajudar e informar as pessoas carentes. Ela explica que uma reivindicação das mais justas na Assembléia Constituinte será um Código Penal que passe o crime de violência sexual para o capítulo Contra a Integridade Física.

— Dessa maneira, a simples ocorrência do fato faz com que o estado promova a ação judicial e a vítima passe a ter a defesa custeada pelo próprio estado. Atualmente, quem sofre uma agressão sexual é obrigada a dar queixa na delegacia, já que no código penal ela está no capítulo Contra a Moral e Bons Costumes, que é quase a mesma coisa que os crimes de calúnia.

Marinês explica que, além do constrangimento da vítima, a ditar ao escrivão, detalhadamente, como ocorreu o estupro, quando o inquérito é instaurado, a própria pessoa tem que arranjar um advogado e ir à Vara Criminal aonde foi enviado o processo. Outro ponto é a estabilidade das mulheres depois do período de licença do parto. "É muito comum os patrões mandarem as mulheres embora, quando elas voltam da licença de pós-parto. Queremos que elas tenham a mesma estabilidade dos líderes sindicais, que, mesmo demitidos, podem ser reintegrados pela justiça", disse a advogada.

Discriminação racial

A discriminação racial foi discutida e as participantes não pararam nem para almoçar, vendo vídeos e slides sobre o assunto. Houve muitos depoimentos e alguns até comoventes. Nádia de Araújo, 22, mãe de Nickson, de 11 meses, diz que acha válido o debate, mas não acredita que a situação do negro no Brasil possa mudar. Trabalhando como doméstica em uma casa no Cosme Velho, ela até chorou para contar sua história. "A família do pai do meu filho não me aceita nem ao meu filho porque somos pretos. É necessário ter uma força maior para que as pessoas mudem e tratem a gente como iguais", disse.

O Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada teve o apoio do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, das Associações de bairros e de muitos voluntários. Para dar assistência às mulheres que tinham filhos, foi organizada uma creche, em que muitas brincadeiras e trabalhos manuais foram criados para distrair as 140 crianças que ontem ficaram lá. Além disso, a coordenação do evento recebeu doações de leite, frutas, comida e biscoitos para a alimentação das participantes.